

Advogado

Antes de iniciar a prova, leia as instruções:

1. Para fazer a prova, você recebeu:

- este caderno de prova;
- um cartão de respostas.

2. Confira:

- **no cartão de respostas:** nome, número e cargo, emprego ou função da sua inscrição.
- **no caderno de prova:** cargo, emprego ou função da sua inscrição e quantidade de questões.

Este caderno contém: **40 questões**

Duração da prova: **3 horas**

- Incluído o tempo para o preenchimento do cartão de respostas.
- Levar caderno: após **1 hora de prova**.
- Por questões de segurança, o candidato que sair antes desse tempo devolverá ao fiscal da sala, além do cartão de respostas, o caderno de prova.

3. Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e se a sequência e a quantidade de questões estão corretas.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

4. **Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade! Não serão admitidas reclamações posteriores.**

5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas relacionadas ao conteúdo aos fiscais.

6. Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova, tampouco empréstimo de materiais e comunicação entre os candidatos.

7. **O cartão de respostas é o único documento válido e utilizado para a correção da prova objetiva.** Preencha-o com cuidado, marcando apenas uma alternativa para cada questão.

8. Não rabisque, rasure, amasse ou dobre o cartão de respostas. É vedada a substituição do cartão de respostas decorrente de erro do candidato.

9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de sala, aguardando autorização para entregar o material.

10. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas devidamente preenchido e assinado.

11. Os três últimos candidatos devem permanecer em sala a fim de acompanhar o fechamento do material.

Fraudar ou tentar fraudar concursos públicos é crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

Nome do Candidato:

Nº de Inscrição:

LÍNGUA PORTUGUESA | 10 QUESTÕES

A parceria intersetorial pode ser entendida como uma integração intensa, de longo prazo, deliberada e contínua entre dois ou mais setores que se unem voluntariamente na forma de arranjos de trabalho, formados por organizações com e sem fins lucrativos. Essas organizações identificam interesses e preocupações mútuos e trocam, compartilham ou desenvolvem em conjunto produtos, tecnologias e serviços que visam responder a demandas econômicas, sociais e ambientais ainda não atendidas pela agenda de políticas públicas. Entre seus benefícios estão medidas sociais avançadas relacionadas ao desenvolvimento econômico, à educação, à segurança, ao saneamento, à saúde, à redução da pobreza, à infraestrutura e à sustentabilidade ambiental. Ainda, existem os esforços para alcançar benefícios comunitários, removendo barreiras à inclusão social e mitigando os efeitos nocivos decorrentes de atividades e comportamentos socioeconômicos e socioambientais indesejáveis.

Duas características de gestão aumentam o potencial da parceria intersetorial para promover a transformação social. A primeira é a colaboração, que permite configurar e otimizar recursos e habilidades de todos os parceiros, levando a resultados mais eficientes. A segunda é o desenvolvimento de inovações que possam impactar a vida das pessoas de maneira sustentável. As parcerias intersetoriais reposicionam responsabilidades sistêmicas antes isoladas no mercado, no Estado ou na sociedade civil. Elas integram a expertise estratégica de agentes sociais comprometidos com projetos dessa natureza, superam barreiras inerentes à colaboração não gerenciada e oferecem um caminho alternativo para o desenvolvimento comunitário.

As intenções de parcerias intersetoriais e sua natureza unem instituições formais e grupos sociopolíticos informais. A estrutura de tais parcerias depende de seus integrantes e de como são selecionados, de sua motivação para o trabalho em conjunto, de seu foco principal nos processos decisórios relacionados às atividades compartilhadas (ambientais, de desenvolvimento, geográficas e jurisdicionais), dos setores representados na parceria (público, privado e sociedade civil), dos objetivos e funções dela, entre outros aspectos.

Inicialmente qualificadas como “o paradigma colaborativo do século XXI”, as parcerias intersetoriais são fortemente debatidas nos meios envolvidos na coordenação da vida social: governo, Estado, setor público, empresariado, setor privado, organizações não governamentais e sociedade civil, entre outros. A princípio, eles correspondiam a três segmentos institucionais presentes na sociedade: o institucional exclusivamente público representado pelo governo, o Estado e o setor público; o aspecto institucional exclusivamente privado representado pelo empresariado e pelo setor privado; e o aspecto institucional exclusivamente civil no setor da sociedade civil e das organizações não governamentais.

A evolução desse contexto resultou na hibridização organizacional, particularmente em virtude do número de organizações, com fins lucrativos ou não, pertencentes a membros direta e simultaneamente ligados a organizações públicas, privadas e da sociedade civil. Como resultado dessa miscigenação, a maioria dos debates contemporâneos analisa as parcerias intersetoriais com base nos ideais e objetivos dos parceiros envolvidos.

(Fonte: BORIM-DE-SOUZA, Rafael. 2023. — adaptado.)

1) No quarto parágrafo do texto, os autores:

- a) Trazem uma definição de parceria intersetorial e os benefícios dessa prática.
- b) Apresentam como estava organizada a configuração das parcerias em termos de segmentos envolvidos.
- c) Mostram alterações ocorridas nas parcerias com a mistura de setores.
- d) Caracterizam a parceria intersetorial, discriminando aspectos determinantes para potencializar o desenvolvimento social.

2) Sem prejuízo dos sentidos e da correção gramatical do trecho “A evolução desse contexto resultou na hibridização organizacional, particularmente em virtude do número de organizações, com fins lucrativos ou não, pertencentes a membros direta e simultaneamente ligados a organizações públicas, privadas e da sociedade civil” (quinto parágrafo):

- a) A palavra “lucrativos” poderia ser deslocada para logo após o termo “não”.
- b) A expressão “resultou na” poderia ser substituída por “é resultado da”.
- c) A expressão “direta e simultaneamente” poderia ser substituída por “simultânea e diretamente”
- d) A expressão “em virtude do” poderia ser substituída por “em razão no”.

3) De acordo com o texto, a parceria intersetorial:

- a) Consiste em uma longa forma de integração espontânea entre entidades que visam ao lucro.
- b) Preocupa-se com necessidades para as quais já exista grande intervenção de políticas públicas.
- c) Ameniza consequências prejudiciais de práticas inadequadas nos âmbitos socioeconômico e socioambiental.
- d) Estrutura-se de igual forma, independentemente dos propósitos e dos setores envolvidos.

4) Cada uma das alternativas a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o trecho “A primeira é a colaboração, que permite configurar e otimizar recursos e habilidades de todos os parceiros, levando a resultados mais eficientes”. Sendo assim, assinalar a alternativa cuja proposta de reescrita mantém a correção gramatical e os sentidos do trecho mencionado:

- a) A primeira é a colaboração que permite configurar e otimizar recursos e habilidades de todos os parceiros e que leva a resultados mais eficientes.
- b) A primeira é a colaboração, a qual permite configurar e otimizar recursos e habilidades de todos os parceiros, o que leva a resultados mais eficientes.
- c) A primeira é a colaboração, em que permite configurar e otimizar recursos e habilidades de todos os parceiros, a fim de levar a resultados mais eficientes.
- d) A primeira é a colaboração permitindo configurar e otimizar recursos e habilidades de todos os parceiros e levando a resultados mais eficientes.

5) Em “Elas integram a expertise estratégica de agentes sociais comprometidos com projetos dessa natureza, superam barreiras inerentes à colaboração não gerenciada e oferecem um caminho alternativo para o desenvolvimento comunitário.” (segundo parágrafo), o vocábulo sublinhado refere-se a:

- a) “inovações”.
- b) “As parcerias intersetoriais”.
- c) “responsabilidades sistêmicas”.
- d) “barreiras inerentes à colaboração não gerenciada”.

6) Com relação à correção gramatical e à coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos sublinhados, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Em “[...] removendo barreiras à inclusão social e mitigando os efeitos nocivos decorrentes de atividades e comportamentos socioeconômicos e socioambientais indesejáveis [...]”, não há prejuízo em se substituir os termos sublinhados por “que decorrem em”.
- () Em “A primeira é a colaboração, que permite configurar e otimizar recursos e habilidades de todos os parceiros, levando a resultados mais eficientes”, não há prejuízo em se substituir os termos sublinhados por “à obtenção de resultados”.
- () Em “[...] superam barreiras inerentes à colaboração não gerenciada e oferecem um caminho alternativo para o desenvolvimento comunitário”, não há prejuízo em se substituir os termos sublinhados por “à formas de colaboração”.

- a) C - C - E.
- b) E - E - C.
- c) C - E - C.
- d) E - C - E.

7) Em “A parceria intersetorial pode ser entendida como uma integração intensa, de longo prazo, deliberada e contínua entre dois ou mais setores que se unem voluntariamente na forma de arranjos de trabalho [...]”, o termo sublinhado:

- a) Indica emprego da voz reflexiva.
- b) É uma partícula expletiva.
- c) Indica emprego da voz passiva sintética.
- d) Indica que o sujeito da oração em que se encontra é indeterminado.

8) No texto, a vírgula em “As parcerias intersetoriais reposicionam responsabilidades sistêmicas antes isoladas no mercado, no Estado ou na sociedade civil.” está empregada com a finalidade de separar:

- a) Um aposto enumerativo.
- b) Uma oração subordinada adjetiva reduzida de participio.
- c) Termos de mesma função sintática.
- d) Um adjunto adverbial deslocado para antes do verbo.

9) Em “As intenções de parcerias intersetoriais e sua natureza unem instituições formais e grupos sociopolíticos informais.”, a expressão sublinhada:

- a) Concorda, em número e pessoa, com o núcleo do sujeito simples: “parcerias”.
- b) Se transposta para a voz passiva, resulta em “foram unidas”.
- c) Configura-se, em termos sintáticos, como um verbo transitivo direto e indireto.
- d) É uma forma verbal na 3ª pessoa do plural no presente do modo indicativo.

10) Assinalar a alternativa em que a palavra sublinhada está empregada como adjetivo no texto:

- a) “[...] entre dois ou mais setores que se unem voluntariamente na forma de arranjos de trabalho [...]”.
- b) “A primeira é a colaboração, que permite configurar e otimizar recursos e habilidades de todos os parceiros, levando a resultados mais eficientes”.
- c) “A evolução desse contexto resultou na hibridização organizacional [...]”.
- d) “A parceria intersetorial pode ser entendida como uma integração intensa, de longo prazo, deliberada e contínua [...]”.

LEGISLAÇÃO | 10 QUESTÕES

11) Nos termos da Constituição Federal, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em decreto, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- c) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- d) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de chefia e assessoramento.

12) De acordo com a Lei nº 8.429/1992 — Improbidade Administrativa, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Constitui ato de improbidade administrativa perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, a permuta ou a locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
 - () Não configura ato de improbidade administrativa perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou a aplicação de verba pública de qualquer natureza.
 - () Constitui ato de improbidade administrativa receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- a) C - C - C.
 - b) C - E - C.
 - c) E - C - E.
 - d) E - E - E.

13) As informações submetidas a sigilo frequentemente circulam pela Administração. Nos termos da Lei nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação, sobre a proteção e o controle de informações sigilosas, é CORRETO afirmar que:

- a) Apenas a autoridade que classificou a informação tem o dever de resguardar o sigilo.
- b) O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.
- c) A autoridade que classificou a informação não tem o dever de resguardar sigilo, pois a ele não se submete.
- d) O sigilo somente é oponível a terceiros não integrantes da Administração, não abrangendo os agentes públicos em geral.

14) As entidades de atendimento estão previstas no Estatuto do Idoso. Podem ser públicas ou privadas e são obrigadas a atender às necessidades de saúde, alimentação e higiene do idoso. Conforme dispõe a Lei nº 10.741/2003, sobre as entidades de atendimento, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) São capazes de celebrar contrato escrito ou verbal de prestação de serviço com a pessoa idosa, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e as prestações decorrentes do contrato.
- b) Devem providenciar ou solicitar que a Defensoria Pública requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da Lei.
- c) São impedidas de receber bens móveis das pessoas que estão a seu cuidado.
- d) Necessitam comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de pessoa idosa com doenças infectocontagiosas.

15) Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Em relação à Lei nº 13.146/2015, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) É indeclinável a fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa para pessoa com deficiência.
- b) A pessoa com deficiência não pode exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando.
- c) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para exercer direitos sexuais e reprodutivos.
- d) Conforme dispõe a Lei, são considerados vulneráveis apenas a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.

16) De acordo com a Lei Orgânica do Município, o Município poderá instituir os seguintes tributos:

- I. Contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
 - II. Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- a) Os itens I e II estão corretos.
 - b) Somente o item I está correto.
 - c) Somente o item II está correto.
 - d) Os itens I e II estão incorretos.

17) De acordo com a Lei Orgânica do Município, sobre as competências privativas da Câmara Municipal, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores nos casos previstos na Lei.
 - () Criar e instalar comitês de Defesa do Consumidor.
 - () Organizar e manter a Guarda Municipal para a proteção de seus bens, serviços e instalações.
- a) C - C - E.
b) E - C - C.
c) C - E - E.
d) E - C - E.

18) Em conformidade com a Lei Complementar nº 025/2012 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, suspendem a contagem do tempo para período aquisitivo as seguintes ocorrências, reiniciando a mesma após o retorno às atividades:

- I. Os afastamentos para acompanhar familiar adoentado, quando o total de todos os dias no período aquisitivo totalizar 60 dias.
- II. Condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva.
- III. Penalidade disciplinar de suspensão.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Somente os itens II e III.

19) Considerando-se a Lei Complementar nº 025/2012 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, sobre os adicionais de insalubridade e periculosidade, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Os adicionais de insalubridade e periculosidade são acumuláveis.
 - () O laudo técnico das atividades insalubres e perigosas deverá ser renovado, no mínimo, a cada ano pela Administração Municipal.
 - () O pagamento dos adicionais cessará com a eliminação das condições ou riscos que lhe deram causa.
- a) C - C - E.
b) E - C - C.
c) C - E - E.
d) E - C - E.

20) Segundo a Lei Complementar nº 025/2012 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, o servidor poderá ser convocado das férias, atendendo interesse da Administração Municipal, nos seguintes casos:

- I. Calamidade pública.
- II. Motivo de interesse superior público.
- III. Necessidade de serviço, quando ocorrer a exoneração de servidor do setor de trabalho.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Todos os itens.

INFORMÁTICA | 6 QUESTÕES

21) No Libre Office Calc 7.0, o Navegador fornece ferramentas e métodos para percorrer rapidamente uma planilha e encontrar itens específicos. São controles e ferramentas disponíveis na caixa de diálogo do Navegador:

- I. Coluna.
- II. Intervalo de dados.
- III. Cenários.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

22) Qual é o tipo de Trojan que redireciona a navegação para sites específicos, visando a aumentar a quantidade de acessos e a exibir anúncios nesses sites?

- a) Trojan Clicker.
- b) Trojan Proxy.
- c) Trojan Spy.
- d) Trojan Backdoor.

23) O Windows 10 permite que o usuário facilite o uso do mouse, do teclado e de outros dispositivos de entrada. Sobre a opção “Facilidades de Acesso” nas configurações do sistema, analisar os itens abaixo:

- I. O Windows 10 permite que sejam alterados tamanho e coloração do ponteiro do mouse.
- II. Nas configurações existentes em “Facilidades de Acesso”, é possível desativar as imagens da tela de fundo da área de trabalho.
- III. Entre as opções existentes nas configurações “Facilidades de Acesso”, é possível alterar o botão principal do mouse.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Todos os itens.

24) Considerando-se os conceitos básicos de navegação na internet com segurança, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:

A _____ trata da codificação de informação, transformando dados em códigos que dificultam a leitura por pessoas não autorizadas. Dessa maneira, apenas quem envia e quem recebe tem acesso ao que está escrito em uma determinada mensagem, ou apenas quem tem a “chave” pode realizar a leitura de um documento.

- a) Customer Experience Management
- b) Criptografia
- c) IoT (Internet of Things)
- d) SaaS (Software as a Service)

25) Considerando-se o Libre Office Writer 7.1, a tecla de atalho utilizada para salvar um documento é a:

- a) Shift + S
- b) Shift + B
- c) Ctrl + S
- d) Ctrl + B

26) Qual é a unidade de medida que indica a quantidade de dados que podem ser transmitidos em um segundo e é frequentemente utilizada por provedores de serviços de internet e empresas de telecomunicações para descrever as diferentes velocidades de conexão e transferência de dados oferecidas aos clientes?

- a) Ghtz.
- b) Mgp.
- c) Tbt.
- d) Gbps.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS | 14 QUESTÕES

27) Em conformidade com a LC nº 27/2012 — Plano de Carreira dos Servidores Públicos do Município, sobre a promoção de classe, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Promoção é a passagem do servidor do quadro de provimento efetivo ou em extinção de uma determinada classe para a imediatamente superior.
- () O servidor designado para função gratificada e que optar pelos vencimentos do cargo em comissão, não poderá ser promovido.
- () O servidor que se afastar para exercício de mandato eletivo, em razão da incompatibilidade de horário, não terá direito a promoção, reiniciando-se novo período para promoção a partir do retorno do mesmo ao cargo de origem.

- a) C - C - C.
- b) C - E - C.
- c) E - C - E.
- d) E - E - E.

28) O Sindicato dos Servidores Municipais ajuizou demanda judicial em face do Município Z, na qual questiona o fato de o Poder Executivo Municipal não ter concedido a revisão geral anual prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, aos seus servidores, sob a justificativa de decréscimo de receitas. Para tanto, requereu que fosse compelido o Prefeito a apresentar projeto de lei que conceda a revisão, requerendo, ainda, que seja utilizado o índice federal de correção monetária, por ser mais vantajoso. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o pleito do Sindicato deverá ser:

- a) Deferido na íntegra, uma vez que a revisão geral anual da remuneração é direito subjetivo dos servidores, passível de indenização por sua violação, além de o Poder Judiciário deter margem de discricionariedade para fixar o critério de correção.
- b) Deferido quanto ao pedido principal, pois é inafastável a revisão geral anual, podendo o Poder Judiciário determinar a apresentação do respectivo projeto de lei ou fixar indenização pelo seu descumprimento; por outro lado, a escolha do índice de correção é de competência privativa e de livre escolha do Poder Executivo.
- c) Indeferido quanto ao pedido principal, pois o Poder Executivo pode, motivadamente, não apresentar projeto de lei para promover a revisão geral anual; no entanto, caso a promova, deverá ser adotado o índice federal de correção como forma de recompor integralmente as perdas inflacionárias, cabendo o controle do Poder Judiciário nesse ponto.
- d) Indeferido em ambos os casos, pois o Poder Judiciário não possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual, tampouco para fixar o respectivo índice de correção.

29) O Prefeito do Município X foi condenado pelo Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo do Município, a pagar determinada quantia em dinheiro em decorrência de ilegalidades no uso de bens públicos, que geraram prejuízos ao erário municipal. Atentando à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a competência para a execução dos valores mencionados, é CORRETO afirmar que:

- a) A cobrança compete ao Município X.
- b) A cobrança compete ao próprio Tribunal de Contas.
- c) A cobrança compete ao Ministério Público, que oficia perante o Tribunal de Contas.
- d) A cobrança compete ao Estado, ao qual está vinculado o Tribunal de Contas.

30) Em 11/11/2022, M. foi assassinada ao sair da Casa de Eventos X, na Rua 1, nº 123, no Município Y, onde participava de um evento, por disparos de arma de fogo realizados por assassinos a bordo de um veículo. A Polícia Civil e o Ministério Público desejam obter dos mantenedores de determinados aplicativos de navegação informações sobre todos os usuários que tenham pesquisado informações relativas ao endereço do local do crime (como o nome da rua, do local, o endereço completo, entre outros) e à agenda de M. nos três dias anteriores ao fato. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria, o pedido deve ser:

- a) Indeferido, pois o pedido fere a privacidade e a intimidade de diversos usuários desconhecidos, devendo o pedido conter a identificação prévia dos suspeitos, além do fato de os critérios temporal e espacial serem vagos.
- b) Indeferido, pois, apesar de viável a quebra de sigilo de dados informáticos estáticos de usuários desconhecidos, a limitação temporal e espacial é por demais abstrata, de modo que há ofensa à privacidade e à intimidade.
- c) Deferido, pois a quebra de sigilo de dados informáticos estáticos relacionados à identificação de usuários que operaram em determinada área geográfica, suficientemente fundamentada, não ofende a proteção constitucional à privacidade e à intimidade.
- d) Deferido, desde que informados os usuários suspeitos para que a busca se dirija somente a eles, pois a limitação temporal (três dias), bem como a limitação espacial (referências ao local do fato), se afiguram razoáveis e proporcionais no caso concreto.

31) Em relação à desconsideração da personalidade jurídica, nos termos da Lei nº 10.406/2002 — Código Civil, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- b) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, incluídos os de valor proporcionalmente insignificante.
- c) A mera existência de grupo econômico autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
- d) Constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

32) O Advogado Público P. emitiu parecer jurídico, após consulta do Prefeito Municipal, versando sobre a interpretação de uma determinada lei. No exercício do controle externo, o Tribunal de Contas competente verificou irregularidades na aplicação da referida lei no âmbito do Município, aplicando sanções pecuniárias em face de P. e do Prefeito. Nos termos do Decreto-Lei nº 4.657/1942 — Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Em caso de consulta facultativa, P. não poderia ser responsabilizado, ainda que em caso de dolo.
- b) Em caso de consulta obrigatória, P. responde solidariamente com o gestor, ainda que em caso de culpa leve.
- c) Em caso de consulta vinculante, P. responde pessoalmente em caso de dolo ou erro grosseiro.
- d) Em qualquer hipótese, P. responderá apenas em caso de dolo.

33) De acordo com o Código de Processo Civil, em regra, os atos processuais são públicos, mas tramitam em segredo de justiça os processos:

- a) Em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.
- b) Em que o exija o interesse privado.
- c) Que versem sobre arbitragem, exceto sobre o cumprimento da carta arbitral.
- d) Que versem sobre conciliação.

34) A Concessionária Energia Elétrica (CEE), pessoa jurídica de privado não integrante da Administração Pública e concessionária de serviço público de energia elétrica, teve deferida contra si uma medida judicial que suspendeu os efeitos de medida interna que extinguiu o benefício de patrocínio da empregadora no plano privado de previdência dos seus empregados. A CEE requereu Suspensão de Segurança, alegando que o provimento jurisdicional causou grave lesão à ordem e à economia pública. Em relação à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) A CEE poderá ter deferido o pedido de Suspensão de Segurança no caso relatado, uma vez que, ainda que não integre a Administração Pública, presta serviço público essencial na condição de concessionária.
- b) A CEE somente teria legitimidade ativa para o pedido de Suspensão de Segurança se estivesse atuando na defesa de interesse público primário relacionado com os termos da própria concessão e prestação do serviço público.
- c) Ainda que a CEE integrasse a Administração Indireta, não seria parte legítima para requerer a Suspensão de Segurança, que somente pode ser manejada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- d) Somente as pessoas jurídicas de direito público ou o Ministério Público podem efetuar pedido de Suspensão de Segurança, não se estendendo essa possibilidade às pessoas jurídicas de direito privado.

35) A chamada “jurisprudência defensiva” dos Tribunais Superiores acaba por limitar as hipóteses de cabimento da ação autônoma de *habeas corpus*. Considerando-se o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça sobre as hipóteses em que é cabível a impetração de *habeas corpus* concomitantemente à interposição do recurso cabível no Processo Penal, analisar os itens abaixo:

- I. Tutela imediata da liberdade do paciente.
- II. Pedido diverso do objeto do recurso que reflita mediatamente na liberdade do paciente.
- III. Impugnação de questões processuais formais já deduzidas no recurso próprio.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

36) Sobre os direitos assegurados aos grevistas, conforme a Lei nº 7.783/1989, analisar os itens abaixo:

- I. Livre divulgação do movimento.
- II. Emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve.
- III. Violar ou constranger os direitos e as garantias fundamentais de outrem.
- IV. Arrecadação de fundos.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens I, II e IV.
- d) Somente os itens II, III e IV.

37) A Câmara de Vereadores do Município X descumpriu obrigações tributárias acessórias perante a Fazenda Nacional. Em razão disso, o Município X foi inscrito em cadastro de inadimplentes da União e, por conseguinte, deixou de receber valores referentes a repasses voluntários do ente federal, uma vez que o Poder Executivo não consegue obter certidão positiva de débitos com efeito de negativa perante a Fazenda Nacional. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Fazenda Nacional agiu:

- a) Incorretamente, pois é possível ao Município obter certidão positiva de débitos com efeito de negativa quando a Câmara Municipal do mesmo ente possui débitos com a Fazenda Nacional.
- b) Incorretamente, pois a imunidade tributária recíproca entre os entes federados impede o estabelecimento de obrigações tributárias acessórias.
- c) Corretamente, pois a Câmara Municipal não possui personalidade jurídica, mas apenas judiciária, de modo que é impossível dissociá-la do Município como um todo.
- d) Corretamente, pois a sanção deve ser dirigida ao ente federado, e não aos seus órgãos, poderes, entidades ou entes despersonalizados.

38) Em conformidade com o Decreto-Lei nº 5.452/1943 — Consolidação das Leis do Trabalho, a respeito das garantias de direitos da gestante, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Período destinado ao repouso, entre duas jornadas de trabalho, compreendido por um intervalo de 18 horas consecutivas, no mínimo.
- () Dispensa do horário de trabalho pelo tempo necessário para a realização de, no mínimo, seis consultas médicas e demais exames complementares.
- () Transferência de função, quando as condições de saúde o exigirem, assegurada a retomada da função anteriormente exercida, logo após o retorno ao trabalho.

- a) E - C - C.
- b) E - E - E.
- c) C - E - C.
- d) C - C - E.

39) De acordo com o Código Tributário Municipal, sobre o Processo Administrativo Tributário Municipal, analisar os itens abaixo:

- I. O Processo Contencioso Administrativo Tributário Municipal será instaurado por petição do contribuinte ou interessado, que demonstrar interesse e legitimidade na solução de litígio referente à aplicação ou interpretação da legislação tributária.
- II. O julgamento do processo contencioso administrativo tributário compete, em primeira instância, ao Secretário Municipal da Fazenda.
- III. É permitido reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, desde que, versando sobre assunto da mesma natureza, ou referindo-se ao mesmo sujeito passivo.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item III.
- c) Somente os itens I e II.
- d) Somente os itens II e III.

40) O Município X pretende firmar convênio com a União para realizar a fiscalização e a cobrança do imposto sobre a propriedade territorial rural. O Ministério Público, ao tomar ciência das tratativas, encaminhou ofício à Administração Municipal questionando a viabilidade jurídica, em abstrato, do convênio. Consultado para instruir juridicamente a resposta do Município, o Advogado do Município deverá responder que o convênio:

- a) É legítimo, uma vez que autorizado expressamente pela Constituição Federal, se realizado na forma da Lei.
- b) Caracteriza hipótese de delegação da capacidade tributária ativa da União ao Município, o que é vedado.
- c) Configura delegação da competência tributária da União ao Município, o que é permitido.
- d) Representa renúncia da União à sua competência tributária, o que é vedado.